

O contexto apresentado para reflexão é de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o qual pode ser ofertado no formato de abrigos e casas-lares. São Serviços que compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade da política pública de Assistência Social.

O objetivo imediato do acolhimento institucional é a proteção, por isso chama-se medida protetiva a ação judicial que permite o afastamento familiar. Essa medida deve ser excepcional, a última das alternativas, por isso podemos entender que quando acontece, é porque os investimentos já realizados de fortalecimento da função protetiva da família fracassaram. É bom lembrar que, pelo menos desde a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, a pobreza não é motivo para aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Estas se fazem necessárias e são indicadas somente em situações de violência, negligência, abandono, entre outras violações de direitos.

O espaço-tempo do acolhimento institucional é um “entre”; a vivência é de um período transitório na vida das crianças e adolescentes. De que se faz esse entre? O afastamento familiar comove-nos muito, especialmente quando se trata de bebês e crianças muito pequenas. Esse fato marca inevitavelmente uma ruptura na vida do bebê, na qual ele vinha sendo cuidado por uma pessoa, em um determinado ambiente, sentia o cheiro, a voz da mãe desde a gestação, tinha seus rituais, um jeito próprio para dormir, por exemplo, e, de repente é levado para um contexto completamente diferente. É possível continuar exercendo esse cuidado, essa maternagem de maneira satisfatória, ou *suficientemente boa*, conforme Winnicott³?

Esta é uma questão que me propus a pensar a partir de provocações suscitadas pelo meu campo de trabalho na Assistência Social, com apoio nos Seminários das Teorias das Relações Objetais.

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Estudos no Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul em 20/03/2021.

² Candidata em formação psicanalítica, no Instituto de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do RS.

³ Capacidade da mãe de se identificar com seu bebê, ofertando-lhe o que precisa e sendo capaz de manejar a frustração de forma gradual. WINNICOTT, D. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

Logo nos primeiros momentos de contato com o campo, fui percebendo que a questão sobre a oferta de colo se fazia presente nos abrigos, enunciada por diferentes vozes. Parecia haver uma discussão implícita sobre se é correto dar colo aos bebês, quem pode ou deve oferecer, para quem e quando. Uma das cuidadoras, recém contratada, já havia manifestado que faria tudo, menos tocar nas crianças. Já outra cuidadora não conseguiu largar o bebê de 6 meses nem mesmo para participar da reunião geral que acontecia entre todos os profissionais. E, inclusive entre os acolhidos essa questão aparecia, enquanto conversavam num pequeno grupo, uma adolescente, dizia: “*dar colo cria balda*”.

Minha impressão foi de que se referiam não ao ato de ofertar colo apenas, mas sim de maneira mais ampla, ao aspecto relacional e afetivo com os bebês e as crianças. E aos poucos foi possível perceber também certa tendência ou valorização na instituição ao exercício de paternagem, como o estabelecimento de leis, regras, limites e tarefas.

Nas famílias, antes de sua chegada, o bebê é desejado, sonhado, pensado. Recebe um nome, são escolhidas roupas, objetos para o seu quarto, enfim há investimento libidinal envolvido. E como esse envolvimento se dá no acolhimento institucional? Também há desejo? Sabemos que o bebê tem a necessidade de ser cuidado por alguém que o deseja, mas para isso, aqueles que têm por função cuidar, precisam investir algo de si neste bebê, algo que vai além das questões profissionais. Neste sentido, a instituição também tem a função de reconhecer o desejo existente e de amparar e favorecer a formação dos vínculos.

Winnicott (1982) fala sobre a importância da preocupação materna primária durante o período de dependência absoluta do bebê. Ele diz que nas primeiras fases do desenvolvimento do bebê humano, o papel desempenhado pelo ambiente é vital. Segundo ele, a mãe, entendida aqui por uma função, é a representante do ambiente bom e permite que o bebê coloque em prática sua tendência inata ao desenvolvimento e continuidade da vida, fazendo emergir o verdadeiro self. *Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso ou impessoal, fracassa em fazer do indivíduo uma criança humana nova e autônoma.*

Aprendemos com Winnicott que a mãe investe algo de si no bebê que ainda não existe, ela é capaz de supor um sorriso diante de um simples movimento involuntário, trata-se de uma antecipação da mãe em relação a um sujeito ainda não constituído. E a partir dessa antecipação o bebê poderá vir a sorrir para mãe de forma verdadeira posteriormente. São movimentos por parte do adulto em direção ao bebê, que ao ser olhado, investido terá possibilidade de ir criando seu próprio psiquismo, o seu próprio Eu.

No contexto institucional os cuidadores também precisam fazer este investimento, dando continuidade às trocas afetivas desde o primeiro momento de chegada ao abrigo ou à

casa-lar. Parece-nos que seja importante eleger um ou dois cuidadores para que se devotem, que invistam no bebê. Para que a função materna possa seguir sendo efetivada satisfatoriamente, os adultos cuidadores precisam saber que a necessidade de cuidados não se restringe a ofertar comida, trocar fraldas e dar banho. A brincadeira na troca de fraldas, o empréstimo de sensações do cuidador ao oferecer a comida, a apresentação de objetos e a nomeação do que se passa com o bebê são fundamentais.

Ao falar sobre as necessidades do ego, Winnicott (1982) dizia que o melhor exemplo seria a questão de segurar ao colo: “*Ninguém pode segurar um bebê a menos que seja capaz de se identificar com ele* (p. 82). Para o autor, essa condição de identificação estará sempre amparada nas próprias experiências da mãe como bebê, é um estado de regressão, no qual a mãe também se encontrará em situação de dependência e vulnerabilidade.

Outro aspecto importante é que ao mesmo tempo em que se identifiquem com o bebê, os cuidadores não detenham todo o saber sobre ele, a fim de não se fecharem às orientações, contribuições de outros colegas, assim como que permitam as trocas afetivas com outras pessoas. Neste período de dependência absoluta⁴, na qual a mãe é o ambiente favorável, ela necessita de apoio do pai, outros familiares e do ambiente social. O ambiente respalda a função materna. Portanto, no acolhimento institucional este apoio deverá ser provido pelos colegas, coordenadores, equipe técnica, entre outros.

Além disso, a preservação do vínculo com a família de origem, que está prevista em lei, também tem fundamental importância. A oportunidade de ter contato com a família, falar dessa família, comunicar à criança quando alguém telefona para saber notícias suas, por exemplo, ajuda esta criança a ter uma representação da sua própria história, considerando-se que há marcas do afeto vivenciado e também da ruptura com as figuras parentais. Quando os cuidadores conseguem reconhecer, nomear e incluir a família biológica na relação, produz-se um registro de que pessoa que está cuidando não é a mãe, mas que está desempenhando neste momento a função materna. É também uma forma de reconhecimento da criança e da sua própria história.

Independente das vivências negativas que possam ter ocorrido na família de origem, deve ser propiciado à criança reconhecer e vivenciar dentro de si as marcas e imagens positivas que também se fizeram presentes nas suas primeiras relações, o que vem a favorecer a criação de uma reserva interna de boas experiências, de amor. Neste sentido, o estímulo à manutenção do vínculo familiar, quando possível, também faz frente às fantasias que podem

⁴ WINNICOTT, D. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

alimentar a cisão entre a instituição (boa) e a família de origem (má), prejudicando o processo de integração dos objetos no psiquismo primitivo.

Conforme Winnicott (1982), no início da vida o recém-nascido depende totalmente dos cuidados maternos. Para que ele siga em frente rumo à dependência relativa e posterior independência, o ambiente precisa adaptar-se plenamente às suas necessidades. Por isso pensamos que a dinâmica institucional deve respeitar o ritmo do bebê e prover a continuidade de atenção e funcionamento sem muitas diferenças, por exemplo, na troca de funcionários nos plantões. Além disso, é muito importante que tudo seja representado para o bebê, que lhe seja dito o que vai acontecer, anunciado quem vai cuidar dele durante a noite, por exemplo. Sem essa experiência de continuidade, o bebê pode sentir-se invadido e terá que reagir. Ou, não tendo suas demandas respondidas pelo adulto dentro de um intervalo suportável para si, há o risco de cair no desamparo e até mesmo num fechamento autístico. São estas falhas no desenvolvimento emocional primitivo que produzirão, segundo Winnicott (1982), os entraves na constituição psíquica ou graves problemas de desenvolvimento.

Considerando que no início os impulsos instintivos do bebê podem ser satisfeitos ou frustrados, as falhas ou a demora em atender à sua demanda podem causar-lhe uma ansiedade inimaginável. Tal ansiedade será evitada conforme for a capacidade da mãe em ofertar os cuidados corporais necessários, os quais são compreendidos pelo bebê como amor. Gradualmente, o espaço de tempo pode se alargar, de acordo com a maturidade do bebê. É um psiquismo primitivo, numa fase determinante para a construção de si mesmo. Esta construção se dá pelo olhar do outro, pelo cuidado, pela sustentação física e psíquica, como diz Winnicott no entendimento de *holding*⁵.

Apesar de ser um espaço coletivo, o acolhimento institucional precisa garantir que as relações singulares ocorram, que o bebê seja conhecido e que primeiramente se suponha um sujeito. Depois, é necessário fazer o reconhecimento deste sujeito já constituído, valorizando-o e respeitando-o em suas preferências. Por exemplo, identificando o modo como gosta de dormir; qual a roupa e o objeto escolhido por ele para fazer companhia; e, inclusive que a instituição e os profissionais estejam dispostos a dar espaço para a própria criança eleger os seus cuidadores e manifestar suas preferências (quem lhe dará banho e contará histórias para dormir, por exemplo).

Por fim, consideramos que o acolhimento institucional é um ambiente que deve comportar todas as subjetividades. Os bebês, crianças e adolescentes estão ali para ter

⁵ WINNICOTT, D. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

vivências significativas, sentindo-se desejadas e recebendo alimento psíquico e afetivo. Não se trata apenas de aguardar até que a família de origem ou a futura família adotiva se reorganize para recebê-los, mas de buscar a qualidade deste tempo de vida. De outro lado, é preciso reconhecer a importância da função exercida pelos cuidadores para que eles também possam sentir-se afetados pelo bebê, ter o seu desejo nomeado e oportunidades de escuta para trabalhar a contratransferência e os seus afetos.

Entre uma das cuidadoras, que faria tudo, menos tocar nas crianças e a outra que não largou o bebê de 6 meses nem mesmo para participar da reunião geral, o que pensar sobre estas duas formas de estabelecer o *holding*? (Ou de fazer o acolhimento?).

REFERÊNCIAS

WINNICOTT, D. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.